

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3318-2160** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3728/2019-PGJ, DE 4.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Dourados, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para atuar na audiência de instrução e interrogatório do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0006/2019, no dia 7.10.2019, às 14h30min, no Plenário Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; e tornar sem efeito a Portaria nº 3546/2019-PGJ, de 25.9.2019, que designou os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos e Tiago Di Giulio Freire.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3730/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada nos dias 29, 30 e 31.7.2018, a serem usufruídos nos dias 7, 8 e 9.10.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 37/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 20/2018-PGJ, de 7.8.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3731/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos 24.6 a 1º.7.2019 e 22 a 29.7.2019, a serem usufruídos nos dias 14 e 15.10.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3732/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria-Geral e pela Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, nos dias 8 e 9.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3734/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
26ª	Marcos André Sant’Ana Cardoso	14.10.2019	Compensação	Adriano Barrozo da Silva
38ª	Fernanda Proença de Azambuja	7 a 9.10.2019	Compensação	George Cassio Tiosso Abbud
	Matheus Macedo Cartapatti	14 a 17.10.2019	Férias	
	Fernanda Proença de Azambuja	18.10 a 2.11.2019	Férias	

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3735/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Nova Alvorada do Sul, Maurício Mecelis Cabral, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Fátima do Sul, no dia 7.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3736/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Naviraí, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências na comarca de Nioaque, no dia 8.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3737/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Adriano Barrozo da Silva	16.12.2018	14.10.2019
George Zarour Cezar	1º.3.2017	4.11.2019
Gilberto Carlos Altheman Júnior	25.3, 21 e 22.4.2018	6 a 8.11.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3739/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, a serem usufruídos no período de 7 a 9.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3740/2019-PGJ, DE 7.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça José Roberto Tavares de Souza 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 26.7, 29 e 30.8.2015, a serem usufruídos no período de 7 a 9.10.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0196/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001387-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 25 de setembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0197/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00010662-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 26 de setembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0198/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00010661-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 26 de setembro de 2019.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0199/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, que oficia perante a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00008073-6, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 27 de setembro de 2019.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0200/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00009740-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 27 de setembro de 2019.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0201/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00010770-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 30 de setembro de 2019.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0203/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00010765-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 02 de outubro de 2019.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0204/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00009191-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 02 de outubro de 2019.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0205/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Etéocles Brito Mendonça Dias Júnior, que oficia perante a 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000379-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 02 de outubro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3700/2019-PGJ, DE 3.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Arquivo-Geral, no período de 14 a 23.10.2019, em razão de férias; e nos dias 24 e 25.10.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral do titular, Caio Ferreira Campos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005125 DE 04.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3905/2019**

Credor: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 19/PGJ/2018.**

Objeto: Prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.163,84 (dois mil, cento e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005125 de 04.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005126 DE 04.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3905/2019**

Credor: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 19/PGJ/2018.**

Objeto: Prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 23,00 (vinte e três reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005126 de 04.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005127 DE 04.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3905/2019**

Credor: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 19/PGJ/2018.**

Objeto: Prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 853,76 (oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005127 de 04.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005128 DE 04.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3905/2019**

Credor: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 19/PGJ/2018.**

Objeto: Prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 23,00 (vinte e três reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005128 de 04.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005129 DE 04.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3905/2019**

Credor: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 19/PGJ/2018.**

Objeto: Prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.022,12 (um mil, vinte e dois reais e doze centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005129 de 04.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005130 DE 04.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3905/2019**

Credor: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 19/PGJ/2018.**

Objeto: Prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 27,60 (vinte e sete reais e sessenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005130 de 04.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.



**EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E ANHANGUERA EDUCACIONAL**

Processo nº PGJ/10/3533/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A**, representado por **Maria Isabel Andrade Cogo**;

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação (*lato sensu ou stricto sensu*) oferecidos pela Anhanguera Educacional Participações S/A, bem como pelas Instituições de Ensino mantidas pela Anhanguera Educacional Participações S/A, nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 02.10.2019 até 02.10.2021.

Data da assinatura: 02 de outubro de 2019.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE ADESÃO HOD – Nº 17/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/1142/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**, representado por seu Superintendente de Relacionamento com Clientes – Novos Negócios, **Jacimar Gomes Ferreira**; e por seu Gerente de Departamento de Negócio para o Governo Federal, **Daniel Silva Antonelli**.

Procedimento licitatório: Contratação direta, com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Alteração do período de ateste dos serviços para que passe a constar de “21 (vinte e um) do mês anterior ao dia 20 (vinte) do mês especificado”, sem ônus para o erário.

Vigência: 11.09.2019 a 10.04.2024.

Data da assinatura: 11 de setembro de 2019.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/PGJ/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/PGJ/2018 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.883 DE 8 DE JANEIRO DE 2019 (PÁGINAS 20 A 21), NO DOMP-MS Nº 1.944 DE 8 DE ABRIL DE 2019 (PÁGINAS 17 A 19) E NO DOMP-MS Nº 2.002 DE 8 DE JULHO DE 2019 (PÁGINAS 18 A 20) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/3832/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar Dos Passos**;

2- **A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA**, representada por **Lauro Xavier de Oliveira**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018.

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	VALORES DE REFERÊNCIA - UNITÁRIOS (R\$)
01	Recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 4 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE	Unidade	101	23,00

	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.			
02	Recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	42	28,52
03	Recarga de extintores pó químico, cilindro com capacidade para 12 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	1	45,08
04	Recarga de extintor água pressurizada, cilindro com capacidade para 10 litros. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	139	20,24
05	Recarga de extintor CO <sup>2</sup> , cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	119	55,20
06	Recarga de extintor pó químico ABC, cilindro com capacidade para 4 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	7	36,80
07	Recarga de extintor pó químico ABC, cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	7	45,08
08	Substituição de manômetro. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	50	4,60
09	Substituição de mangueira AP/PQS. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	45	8,28
10	Substituição de mangueira CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	34	19,32
11	Substituição de válvula AP/PQS. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	39	17,48
12	Substituição de válvula CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	35	44,16
13	Substituição de difusor. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	39	8,28
14	Substituição de punho. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	29	2,76
15	Substituição sifão CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	38	7,36
16	Substituição sifão AP/PQS. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	44	3,68
17	Substituição de cinta.	Unidade	30	1,84

	Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.			
18	Substituição de trava. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Unidade	37	0,92
19	Teste Hidrostático extintor AP 10 litros. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Serviço	55	4,60
20	Teste Hidrostático extintor CO <sup>2</sup> 6 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Serviço	50	4,60
21	Teste Hidrostático extintor CO <sup>2</sup> 6 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Serviço	45	4,60
22	Teste Hidrostático extintor PQS 6 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Serviço	34	4,60
23	Teste Hidrostático extintor ABC 4 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Serviço	7	4,60
24	Teste Hidrostático extintor ABC 6 kg. Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.	Serviço	7	4,60

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 20 de dezembro de 2018.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

#### MUNDO NOVO

#### EDITAL N.º 0014/2019/01PJ/MUV

A 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 06.2019.00001413-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2019.00001413-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Mandioca Ki-Delícia.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídico/sanitárias da empresa denominada "Mandioca Ki-Delícia", passíveis, em tese, de causar prejuízos aos consumidores em geral.

Mundo Novo/MS, data da assinatura digital.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça em Subst. Legal

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**SONORA**

---

**NOTÍCIA DE FATO Nº 01.2019.00006363-7**

Requerente: Francisco Fernandes

Objeto: Apurar eventuais irregularidades no fornecimento de passagens de ônibus no transporte interestadual, tanto gratuitas, quanto excedentes.

**PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

Trata-se de Notícia de Fato instaurada a partir das declarações prestadas pelo idoso Francisco Fernandes, na data de 06 de junho de 2019.

O declarante relatou que compareceu na Rodoviária de Sonora e não conseguiu marcar uma passagem para viagem interestadual, com sua carteira de idoso, segundo consta, foi informado pelo funcionário da empresa que não haviam vagas, apesar de ter comparecido com mais de um mês de antecedência, e mesmo que houvesse vaga não poderia garantir transporte até o destino final de forma gratuita, eis que seriam necessárias duas conexões (fl. 01).

Determinou-se expedição de ofício ao responsável pelo Terminal Rodoviário de Sonora a fim de que informasse as medidas adotadas para cumprimento das determinações previstas no Estatuto do Idoso (fls. 12/13).

Em resposta, apresentada pela empresa "Expresso Guanabara LTDA" foi relatado o cumprimento das disposições legais referente à reserva de vagas e concessão de desconto. Afirmou que diariamente são requisitadas vagas, as quais são preenchidas rapidamente, contudo em não havendo vaga disponível é concedido desconto, porém tal situação nem sempre é compreendida pelo idoso.

Quanto ao caso específico, afirmou que não existe linha disponível ligando a cidade de Sonora/MS até a cidade de Souza/PB, conforme pesquisa realizada no site da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, razão pelo qual torna-se imprescindível a realização de conexões (fls. 13/15).

A equipe de apoio da Promotoria de Justiça compareceu ao Terminal Rodoviário a fim de esclarecer algumas situações, que resultou no seguinte (fl. 37):

"Certifico, para os devidos fins, que cumpri a determinação constante do despacho, às fls. 35-36, para tanto, diligenciei ao Terminal Rodoviário desta Cidade, onde falei com o responsável pelo mesmo, Sr. Jaime Luiz Tonelo, o qual deu as seguintes informações: A) As empresas que atendem o Município são: Viação Ouro e Prata; Viação São Luiz; Viação Valtur Turtimos; Viação Andorinha Cargas; Viação Helios; Expresso Guanabara; Viação Rápido Federal; Viação Eucatur; Viação Solimões; Viação Nova Integração; Viação Serra Azul Turismo; Viação Xavante; Viação Verde Transporte; Viação Útil Rotas; e Viação Real Expresso. B) O trecho a ser percorrido pelo idoso é o seguinte: De Sonora – MS a Rondonópolis – MT > De Rondonópolis – MT a Goiânia – GO > De Goiânia – GO a Cajazeiras – PB > De Cajazeiras – PB a Sousa – PB. Informou ainda sobre a impossibilidade de realizar a viagem de forma direta, ante a ausência de previsão do destino. C) Existe placa indicando atendimento preferencial ao idoso (fotografia anexada). Certifico ainda que, na diligência realizada, segundo o Sr. Jaime Luiz Tonelo, Representante das empresas citadas acima, a Viação Eucatur em sua linha convencional realiza a viagem solicitada apenas no sábado às 12h30. Afirmou ainda que já atendeu o requerente em outras situações e que o mesmo sempre discute por não aceitar os horários e as datas que lhe são oferecidas e que no caso específico somente não conseguiu reservar sua passagem porque o idoso não aceitou a empresa Eucatur, que percorre o trecho desejado e possuía vaga disponível. Por nada mais constar, faço estes autos conclusos ao Promotor de Justiça para análise e novas deliberações."

Em continuidade foi certificado que o idoso logrou êxito em adquirir a passagem, tendo viajado para Souza/PB (fl. 38).

Dessa forma, considerando que a situação foi regularizada, é mister reconhecer que resta esvaziado o objeto deste procedimento, motivo pelo qual determino seu arquivamento.

Verifica-se que já foram tomadas as medidas necessárias por este Órgão Ministerial, devendo-se aplicar, *in casu*, os Enunciados nº 06<sup>1</sup> e 07<sup>2</sup> do Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, que autoriza a promoção de arquivamento na própria promotoria.

Determina-se, o cumprimento das seguintes providências:

- 1) Comunique-se ao declarante<sup>3</sup>, para querendo interpor recurso;
- 2) Decorrido o prazo para interposição de recurso, archive-se.

Cumpra-se.

Sonora, 13 de setembro de 2019

ADRIANO BARROZO DA SILVA  
Promotor de Justiça

---

1 Enunciado nº 6 - O artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 autoriza a realização de diligências preparatórias no âmbito da Notícia de Fato, prévias à instauração de procedimento, desde que respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias previsto no artigo 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 15/2007-PGJ. Depois de superados 30 (trinta) dias do ingresso da Notícia de Fato na Promotoria de Justiça, resta vedada a realização de quaisquer diligências adicionais, cumprindo ao Órgão de Execução arquivar o feito ou instaurar o procedimento cabível, conforme o caso.

2 Enunciado nº 07 - As Notícias de Fato resolvidas dentro do prazo de 30 dias podem ser arquivadas na Promotoria de Justiça, nos moldes estipulados pelo artigo 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. As partes interessadas devem ser pessoalmente notificadas desse arquivamento para, querendo, interpor recurso ao Conselho Superior do Ministério Público.

3 Art. 11. A notícia de fato será arquivada quando: [...]

§ 1º O autor da representação deverá ser notificado pessoalmente do arquivamento e terá o prazo de dez dias, a contar da ciência, para interpor recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, acompanhado das respectivas razões. (Redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017)